

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.195 - SP (2019/0326584-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ASSOCIACAO DOS ADQUIRENTES DO LOTEAMENTO "RECREIO CAMPO VERDE" E DESMEMBRAMENTO "RECANTO DOS PINHEIROS"
ADVOGADO : MARCO ANTONIO SEVERINO DE SOUZA - SP211363
RECORRIDO : ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário, interposto por ASSOCIAÇÃO DOS ADQUIRENTES DO LOTEAMENTO "RECREIO CAMPO VERDE" E DESMEMBRAMENTO "RECANTO DOS PINHEIROS", com fundamento no art. 105, inciso II, alínea *b*, da Constituição Federal, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O aresto atacado encontra-se assim ementado (fl. 97, e-STJ):

MANDADO DE SEGURANÇA. Insurgência contra decisão judicial que determinou a remessa da ação para o Juizado Especial Cível. Questão que deve ser atacada por meio de recurso próprio. Falta de interesse processual caracterizado. Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal. Petição inicial indeferida. Processo extinto sem resolução do mérito.

Nas razões recursais (fls. 102-123, e-STJ), a recorrente, sustenta, em síntese, a reforma do aresto recorrido, com a declaração da incompetência absoluta do juizado especial cível para julgar a ação de cobrança movida pela associação. Alega ilegitimidade ativa, por não estar inserida no rol do art. 8º, § 1º, da Lei n. 9.099/95 e defendeu que a proposição da demanda na justiça especializada se trata de uma faculdade.

Os autos foram encaminhados a esta Corte.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso às fls. 156-159, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal merece prosperar.

Cinge-se a controvérsia em alegado direito líquido e certo de manter ação de cobrança no Juízo Cível ao invés do Juizado Especial, haja vista possuir este competência relativa, cabendo à parte autora a escolha.

1. Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que "o processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum" (REsp. 173.205/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, DJ 14.6.1999).

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE

INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA. CONTROLE DE COMPETÊNCIA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E JUSTIÇA COMUM. OPÇÃO DO AUTOR.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "tem-se que o ajuizamento da ação no âmbito da Justiça Comum vai de encontro aos interesses da própria parte porque impossibilita a solução ágil (por meio de procedimento mais simplificado) e gratuita, isenta de custas" (fl. 191, e-STJ) e "impõe-se a manutenção da sentença que reconheceu a inadequação do ajuizamento do feito perante a Justiça Comum" (fl. 202, e-STJ).

2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que "o processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum" (REsp. 173.205/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, DJ 14.6.1999). A propósito: REsp 331.891/DF, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Terceira Turma, 21.3.2002; REsp 146.189/RJ, Rel. Ministro Barros Monteiro, Quarta Turma, DJ 29.6.1998.

3. Recurso Especial provido.

(REsp 1726789/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 23/05/2018) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. CONTROLE DE COMPETÊNCIA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. ART. 3º, § 3º, DA LEI 9.099/1995 E ART. 1º DA LEI ESTADUAL 10.675/1996. OPÇÃO DO AUTOR.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "esta Corte Estadual já vem afastando a possibilidade de manejo do 'mandamus' com a finalidade de suprir hipótese não prevista no rol taxativo do art. 1.015 do Novo Código de Processo Civil" (fl. 194, e-STJ).

2. "A jurisprudência do STJ admite a impetração de mandado de segurança para que o Tribunal de Justiça exerça o controle da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, vedada a análise do mérito do processo subjacente" (RMS 33.155/MA, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 29.8.2011).

3. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que "o processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum" (REsp. 173.205/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, DJ 14.6.1999). A propósito: REsp 331.891/DF, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Terceira Turma, 21.3.2002; REsp 146.189/RJ, Rel. Ministro Barros Monteiro, Quarta Turma, DJ 29.6.1998.

4. O art. 3º, § 3º, da Lei 9.099/1995 e o art. 1º da Lei Estadual 10.675/1996 permitem que a demanda seja ajuizada no Juizado Especial ou na Justiça Comum, sendo essa uma decisão da parte.

5. Recurso Ordinário provido.

(RMS 53.227/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017) [grifou-se]

Processual Civil. Juizados Especiais. Ação visando a restituição de parcelas pagas em contrato de compra e venda. Competência.

Superior Tribunal de Justiça

I - Se a autora preconiza a devolução de valor inferior ao estabelecido pelo art. 3º, I, da Lei 9099/95, **pode a ação ser proposta perante o Juizado Especial, sendo esta uma opção sua.** Precedentes desta Corte.

II - Recurso especial não conhecido.

(REsp 331.891/DF, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, 21/3/2002) [grifou-se]

COMPETÊNCIA. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANO CAUSADO EM ACIDENTE DE VEÍCULOS. VARA CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. ART. 3., INC. II, DA LEI 9.099, DE 26/09/95.

AO AUTOR É FACULTADA A OPÇÃO ENTRE, DE UM LADO, AJUIZAR A SUA DEMANDA NO JUIZADO ESPECIAL, DESFRUTANDO DE UMA VIA RÁPIDA, ECONÔMICA E DESBUROCRATIZADA, OU, DE OUTRO, NO JUÍZO COMUM, UTILIZANDO ENTÃO O PROCEDIMENTO SUMARIO.

RECURSO ESPECIAL CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.

(REsp 146.189/RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, DJ 29/6/1998) [grifou-se]

Cabe ressaltar que o art. 3º, § 3º, da Lei 9.099/1995 permite que a demanda seja proposta no Juizado Especial ou na Justiça Comum, sendo essa uma decisão da parte.
In verbis:

Lei 9.099/1995:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:
[...]

§ 3º **A opção pelo procedimento previsto nesta Lei** importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Dessa forma, por estar em dissonância com o entendimento desta Corte Superior, dever ser reformado o aresto recorrido.

2. Do exposto, dá-se provimento ao recurso ordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator